

Marx sobre a "questão social": itinerário de análise no New-York Daily Tribune

Marx on "social question": analysis itinerary in the New-York Daily Tribune

Pedro Henrique Antunes da Costa*
Kíssila Teixeira Mendes**

Resumo: Abordamos a análise de Marx sobre a “questão social” em seus artigos no New-York Daily Tribune (1952-1962). Nele, discutiremos sobre suas tratativas da pobreza, fome, desemprego, formas precárias e degradantes de trabalho, produção de loucura e do suicídio, criminalidade e emigração forçada como expressões ou desdobramentos da “questão social”, produzindo-se dialeticamente na totalidade social capitalista. Argumentamos como, a partir de Marx e do resgate de produções suas não tão conhecidas, podemos qualificar o debate e o enfrentamento da “questão social” no Brasil, de modo a superá-la - junto do modo de produção que a produz compulsoriamente, se manifesta e reproduz nela/por ela -, explicitando a pertinência do método em Marx e de suas análises à nossa realidade..

Palavras-chaves: questão social; pauperismo; Marx; marxismo; New-York Daily Tribune..

Abstract: We approach Marx's analysis of the “social question” in his articles in the New-York Daily Tribune (1952-1962). We discuss his dealings with poverty, starvation, unemployment, precarious and degrading forms of work, production of madness and suicide, criminality and forced emigration as expressions or outcomes of “social question”, produced dialectically in capitalist social totality. We argue how, based on Marx and the rescue of his not-so-known productions, we can qualify the debate and the confrontation of the “social question” in Brazil to overcome it - together with the mode of production that compulsorily produces it, manifests itself and reproduces it/through it -, making explicit the relevance of the method in Marx and his analysis of our reality.

Keywords: social question; pauperism; Marx; Marxism; New-York Daily Tribune.

Recebido em: 24/05/2022

Aprovado em: 17/11/2022



© O(s) Autor(es). 2018 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-~~Não-Comercial~~ 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

*Professor adjunto do Departamento de Psicologia Clínica e Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília. Psicólogo e doutor em Psicologia.

**Professora da UniAcademia - Centro Universitário. Psicóloga, cientista social e doutoranda em Psicologia.

Introdução

No presente artigo, abordamos a análise de Marx sobre a “questão social” em seus textos no *New-York Daily Tribune* (NYDT), de 1852 a 1962. É um artigo teórico, em que nos debruçamos sobre a produção jornalística de Marx em tal periódico, com foco nos artigos em que tratou das manifestações e desdobramentos da “questão social” para a classe trabalhadora.

Segundo Barsotti (2005:133), o NYDT era o jornal mais lido nos Estados Unidos, com “linha política que mesclava a defesa de ideias progressistas, abria espaço para o fourierismo norte-americano, defendia a libertação dos escravos e se opunha à pena de morte”. Nos 10 anos, Marx escreveu 487 artigos, sendo 12 em coautoria e 125 de Engels, mas assinados por ele por ser sua principal fonte de renda no período. Mesmo que tenha possibilitado sua sobrevivência, a função também demandou considerável dispêndio de tempo e energia, atrasando seu projeto de elaboração da crítica à economia. Como relatou no prefácio de *Contribuição à Crítica da Economia Política*, publicado em 1859:

Minha colaboração, iniciada havia oito anos, no New York Tribune, o primeiro jornal anglo-estadunidense, trouxe consigo, já que não me ocupo senão excepcionalmente de jornalismo propriamente dito, uma extraordinária dispersão de meus estudos. Todavia, os artigos sobre os acontecimentos econômicos marcantes que ocorriam na Inglaterra e no continente constituíam uma parte tão considerável de minhas contribuições, que tive de familiarizar-me com pormenores práticos que não são propriamente do domínio da ciência da Economia Política (MARX, 2008:50)

Contudo, Marx acabou utilizando do NYDT como plataforma para expor aspectos de seus estudos e vocalizar anseios da classe trabalhadora, se debruçando sobre uma série de eventos de suma importância no desenvolvimento do Modo de Produção Capitalista (MPC) no período, como: a colonização inglesa na China e na Índia, os levantes revolucionários e disputas na Europa, a economia política, a situação da classe trabalhadora na Grã-Bretanha etc. (LEDBETTER, 2007). No mais, “Marx também não perdia a oportunidade para desmascarar o segredo da Economia Política ao insistir no caráter definitivo e eterno do capitalismo” (BARSOTTI, 2005:134), criticando economistas, suas mistificações e apologias à ordem.

Especificamente sobre a “questão social”, são marcantes as suas produções e análises no NYDT sobre o pauperismo da classe trabalhadora no Reino Unido, mesmo com a prosperidade econômica da região. No entanto, Marx não se deteve ao pauperismo como se fosse algo *per se*, escrutinando como ele se atrelava a outros fenômenos históricos e sociais, como a fome, o desemprego, condições precárias e degradantes de trabalho, o crescimento do sofrimento e da loucura nos trabalhadores, dentre outros que abordaremos à frente, apreendendo as múltiplas determinações que conformavam o caráter imanentemente desigual e exploratório

do MPC e seus sintomas nas condições de vida da classe trabalhadora. Isso nos permite reforçar que a “questão social” não se reduz ao pauperismo, por mais que o tenha como fenômeno e se vincule a ele em suas origens, sendo o conjunto das expressões que definem as desigualdades da “sociabilidade erguida sob o comando do capital” (NETTO, 2001:46). Nesse ínterim, Marx se debruçou sobre as lutas dos trabalhadores e seus tensionamentos contra a burguesia.

Por mais que, conforme Castelo (2010), Marx abandonou o termo “questão social” no desenvolvimento maduro da crítica da economia política, ele não desconsiderou o que estava “por trás” do termo: a reprodução ampliada e valorização do capital pautadas na apropriação privada dos meios de produção e contradição capital-trabalho. Isso se deu, aliás, por conta de suas críticas à economia política enquanto instrumento de mistificação e naturalização da realidade antagônica capitalista, se utilizando do conceito de “questão social” para isso (CASTELO, 2010; GUERRA; BATISTA, 2021). Segundo Guerra e Batista (2021:173):

a expressão “questão social” é apropriada pelo pensamento conservador para explicar e justificar o alastramento e o aprofundamento das sequelas oriundas da exploração absoluta que tomava conta das famílias proletárias e, ao mesmo tempo, da materialização da classe trabalhadora na condição de classe para-si, dois conteúdos que estremeceram as bases estruturantes do projeto societário burguês a partir de 1830 e que se aprofundaram com a revolução de 1848 no continente europeu.

Reforça-se a necessidade de entendermos como se dá esse processo, com os textos aqui abordados possibilitando um itinerário analítico importante. Eles configuram um rico e pouco explorado material, nos permitindo aprofundar na análise marxiana acerca das determinações da “questão social”, suas manifestações ou desdobramentos, evitando apreendê-las de maneira fragmentada, como se fossem “questões” dissociadas umas das outras ou incorrendo sobre uma “nova questão social”. A “questão social” é um “produto social historicamente determinado pelo modo de produção capitalista e pelas lutas modernas do movimento operário” (CASTELO, 2010:86), cujos elementos básicos são “capital, trabalho assalariado e lutas operárias” (:87), com sua superação sendo a superação do MPC.

Dessa forma, dividimos por seções as expressões ou desdobramentos da “questão social” (pobreza/pauperismo, fome, desemprego etc.), como analisados por Marx, mas com a divisão servindo a fins puramente didáticos, sendo que, no transcorrer de cada, explicitamos suas relações dialéticas e circunscrição à totalidade. Não buscamos uma análise exaustiva, até porque cada uma das expressões ou desdobramentos da “questão social” necessitaria de tratamentos analíticos específicos, quiçá trabalhos próprios sobre cada uma. Posteriormente, extraímos alguns apontamentos à realidade brasileira, dialogando com reflexões no Serviço Social.

Ressaltamos também que não é nosso intuito abordar a conjuntura brasileira, mas, sim,

explicitar a pertinência de Marx na apreensão de nossa realidade, sem o compromisso com o exame dela, o que precisaria ser desenvolvido e demonstrado por outros meios. Procuramos, assim, ressaltar a relevância de Marx à análise das expressões da “questão social” no país, considerando nossas particularidades e como podemos ir *além dele*, mas *com ele*.

Existem trabalhos recentes de tradução e publicação no país dos escritos de Marx (e Engels) no New-York Daily, como, por exemplo: os referentes à China e sua verve anticolonial (MARX; ENGELS, 2016); sobre a guerra civil estadunidense e seu apoio às lutas antiescravidão (MARX; ENGELS, 2020). Apesar destes esforços, ainda são escassas as iniciativas sobre os textos jornalísticos de Marx no período abordando as condições de vida da classe trabalhadora, mormente no Reino Unido, com as análises sobre tais fenômenos e dinâmica ficando geralmente restrita às suas obras mais conhecidas. Como salientou Ledbetter (2007:xxvi):

E é por isso que os relatórios concretos que Marx apresenta nos jornais diários mantêm tanta relevância: ao contrário das teorias mais desenvolvidas de, digamos, *O Capital*, esses envios contêm uma sensação nova de um escritor lutando no prazo para entender a dinâmica da política e da economia; de indignação com a pobreza e a brutalidade calorosas; e, ocasionalmente, de esperança de energia revolucionária.

Assim, trabalhos como este podem contribuir para a divulgação de textos importantes na trajetória marxiana e permitem apreender o desenvolvimento de seu pensamento, sua dinâmica, mudanças, permanências, melhorias e aprofundamentos, abrangendo intervenções que, caso sejam desconsideradas, podem resultar em constatações caricaturais sobre Marx, como as que, por exemplo, o tratam como economicista, eurocêntrico, alheio a realidade de outros países e continentes e questões como as de raça, gênero, etnia etc., o que não condiz com sua análise totalizante, militância e *práxis* revolucionária (LEDBETTER, 2007). Dialogamos também com algumas das obras mais conhecidas, possibilitando uma visão do todo: Marx como totalidade, cuja continuidade tem superações, melhorias e descontinuidades.

Por fim, algumas observações metodológicas e sobre *forma* são necessárias. Dentre a miríade de temas abordados por Marx – muitas das vezes em um mesmo artigo – enfocamos nos artigos que versavam especificamente sobre a condição de vida da classe trabalhadora, mais especificamente, sobre as manifestações da “questão social”. A busca e a análise do material só foram possíveis por esforços recentes, e em andamento, de publicação das obras de Marx na internet. Os textos do NYDT foram acessados em sítios¹, cujas fontes foram os *Marx and Engels Collected Works*, volumes 11 a 16. Apenas quatro dos artigos no NYDT analisados tinham sido traduzidos ao português e publicados no país na forma de artigos acadêmicos,

¹ <https://marxengels.public-archive.net/> e <https://www.marxists.org/>.

passando pela avaliação por pares (MARX; 2015; 2017; 2020a; 2020b). Com exceção das citações deles extraídas, todas as outras deveriam ser sucedidas de “s/p.”, que optamos por suprimir, já que os textos nos referidos sítios não possuem paginação. Ademais, todas as citações dos outros artigos de Marx no NYDT foram traduzidas por nós. Por isso e para facilitar a leitura, também suprimimos “tradução nossa”, que deveria vir após as referências das citações.

Marx e a pobreza (pauperismo)

Das expressões da “questão social”, o pauperismo é a mais abordada por Marx, ao ser sua faceta mais evidente ou como a “questão social” foi inicialmente reconhecida. Porém, antes de abordarmos os escritos no NYDT, é necessário voltar ao Marx de 1844, das *Glosas críticas marginais ao artigo “O Rei da Prússia e a reforma social” de um prussiano* e dos *Manuscritos econômico-filosóficos*. No primeiro, Marx (e Engels) se valia da “questão social” para descrever o pauperismo da classe trabalhadora, “a questão da miséria dos operários” (MARX, 2011, p. 152), criticando a mistificação e naturalização do pauperismo por mecanismos que imputavam as causas a má gerência estatal, aos pobres e miseráveis – punindo-os, inclusive – ou relegando à caridade, à “união de todos os corações cristãos” (:142) o trato da pobreza. No segundo, Marx distingue a “pobreza naturalmente existente” (MARX, 2010:156), decorrente da escassez de bens dos tempos pretéritos, da “pobreza produzida artificialmente” (:156), intrínseca ao MPC.

Ao se deparar com o intenso fenômeno de pauperização da classe trabalhadora inglesa, mesmo com o desenvolvimento das forças produtivas e o crescimento econômico sendo capazes de dirimir ou findar a pobreza, Marx constata algo novo na natureza (social) da pobreza: essa não decorria da escassez de bens, mas resultava da apropriação privada dos meios de produção, da contradição capital-trabalho e da exploração via trabalho assalariado (e alienado, estranhado); não só ela se intensificava e se generalizava na classe trabalhadora (na forma da pobreza absoluta), como também aumentava a distância entre a riqueza produzida e apropriada pelos donos dos meios de produção e a pela classe trabalhadora (pobreza relativa). Ademais, acentuava-se um exército industrial de reserva ou superpopulação relativa, não só de pobres, mas de indigentes (*paupers*). Tal apreensão decorre da apropriação marxiana sobre a economia política e o desenvolvimento por ele da negação (da negação) dela, na forma da crítica da economia política, resultando na lei geral de acumulação capitalista, exposta n’*O Capital*

Quanto maiores forem a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e o vigor de seu crescimento e, portanto, também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior será o exército industrial de reserva [...] A grandeza proporcional do exército industrial de

reserva acompanha, pois, o aumento das potências da riqueza. Mas quanto maior for esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto maior será a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do martírio de seu trabalho. Por fim, quanto maior forem as camadas lazentas da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior será o pauperismo oficial (MARX, 2013:875).

Grosso modo, há no desenvolvimento do MPC a tendência de se produzir mais riqueza, mas com acumulação privada; quanto mais riqueza produzida, maior a pobreza relativa a tal produção, maior a miséria de quem a produz; quanto maior a riqueza socialmente produzida, maior a socialização da pobreza, acumulação de riqueza por poucos e acumulação de miséria por muitos. Temos, pois, o caráter imanentemente desigual do MPC, expresso de maneira mais saliente no pauperismo, mas que também possui outras expressões e desdobramentos, como veremos à frente, conformando a “questão social”. Independentemente da ação da classe trabalhadora, inclusive, provendo ganhos salariais, melhores condições de trabalho, ou seja, se apropriando de maiores parcelas da riqueza socialmente produzida, mesmo assim há uma tendência de que tais conquistas sejam menores que os ganhos do Capital.

Já em 1852, publica *Pauperismo e Livre Comércio. A Crise Comercial que se Aproxima* (MARX, 2017), abordando o aumento do pauperismo dos trabalhadores britânicos nos marcos de livre-comércio e prosperidade comercial. Assim, se contrapõe às análises dos economistas e principais meios de comunicação que colocavam o aumento da *riqueza nacional* resultante do livre comércio como sinônimo de melhoria de vida. Mobilizando dados ao seu interesse, buscavam demonstrar o sucesso econômico, de modo que “se fosse permitido o completo desenvolvimento do livre-comércio, elas [as *workhouses*] poderiam desaparecer inteiramente do solo britânico” (MARX, 2017, p. 469/470). Ou seja, com o desenvolvimento pleno do livre comércio, teríamos o fim da pobreza na Grã-Bretanha: “as exportações aumentam com o livre-comércio e que a prosperidade aumenta com as exportações, e que diante da prosperidade o pauperismo deve diminuir e finalmente desaparecer” (MARX, 2017, p. 471).

Tais análises - apologias à ordem - desconsideravam que a aclamada prosperidade não era para todos, negando os “indigentes [*paupers*] indissociáveis da prosperidade britânica” (MARX, 1852a). Ao contrário do proclamado, o número de empobrecidos e de indigentes aumentou, mesmo com a prosperidade econômica; ou melhor, como elemento constitutivo do desenvolvimento e prosperidade econômicos. Ao analisar documentos governamentais, Marx constatou que a redução do número total de indigentes de 1848 a 51, caso fosse comparada com a população estimada pelo censo, demonstrava um crescimento. Se entre 1841-48 havia 89 indigentes para cada 1.000 da população, em 1851, tal número passou a ser de 90 em cada

1.000. O que os economistas políticos e seus panfletos ideológicos na forma de jornais não contavam, ao esconder os números relativos, era que “na realidade, o pauperismo tem crescido acima da média de 1841-48, e isso apesar do livre-comércio, da fome, da prosperidade, apesar das pepitas da Austrália e do fluxo migratório” (MARX, 2017, p. 472).

Ao citar reiteradamente a fome, sobretudo na Irlanda, e seus desdobramentos como a emigração praticamente forçada de um quantitativo grande de irlandeses - como veremos a seguir -, Marx também critica sua desconsideração nas análises enquanto fator fundamental para a suposta redução da pobreza, afinal dizimou cerca de um milhão de pessoas. Na verdade, a medida mais *efetiva* de redução ou superação da pobreza era a morte dos pobres.

Não bastando as condições miseráveis, para a burguesia “[u]m indigente não pode ditar condições - ele deve aceitar o que lhe é oferecido”, diz *The Economist*, em um ataque de sinceridade” (MARX, 1853a). Porém, o pauperismo não só era uma manifestação do desenvolvimento capitalista e seu caráter desigual, como se apresentava, dialeticamente, como sua negação, enquanto sinalização da incongruência de tal modo de produção com as vidas que neles se produziam e o produziam; da prosperidade econômica na/pela miséria socializada. E tal negação era negada nas/pelas lutas da classe trabalhadora, com centralidade do operariado, que *tornado pauperizado*, negava a sua própria condição, afirmando-se sujeito coletivo produtor da riqueza e, portanto, seu detentor. Conforme apontou Castelo (2010:90):

o proletariado, então liderad[o] pelas suas franjas operárias, impôs-se como um sujeito histórico independente e autônomo, lutando e reivindicando soluções para suas mazelas, tais como pauperismo, fome, péssimas condições de habitação, degradação do espaço urbano, dentre outras tantas. Estamos diante de necessidades sociais prementes sendo transformadas em demanda política coletiva, organizada e consciente dos seus meios e objetivos.

Nem o livre-comércio era capaz de reduzir a pobreza, nem as medidas protecionistas. “Qualquer dos lados da política comercial burguesa, Livre-Comércio ou Protecionismo, é com certeza igualmente incapaz de abolir os fatos que são meros resultados naturais e necessários da base econômica da sociedade burguesa” (MARX, 2017, p. 472). Residia, pois, na classe trabalhadora e sua *práxis* revolucionária a superação desta sociedade e a superação da pobreza e das demais expressões e desdobramentos da “questão social”, tal como se produzem no MPC.

Nesse sentido, uma parcela significativa de artigos de Marx no NYDT consiste em relatar, analisar, apoiar - e criticar quando necessário - os movimentos da classe trabalhadora inglesa, desde paralisações, piquetes e greves (p. ex.: MARX, 1853b; 1853c; 1853d; 1853e; 1853f), até às formas organizativas na política institucional, como, a seguir:

algum futuro historiador registrará que existiram, no ano de 1854, dois Parlamentos na Inglaterra, um Parlamento em Londres e um Parlamento em

Manchester, um Parlamento dos ricos e um Parlamento dos pobres, mas que os homens se sentaram apenas no Parlamento dos homens, e não no Parlamento dos senhores (MARX, 1854)

Em um dos artigos sobre greve dos trabalhadores, chegou a ironizar: “[q]uando os trabalhadores pedem mais do que ‘as necessidades básicas da vida’, quando aparentam ‘partilhar’ dos lucros resultantes de sua própria indústria, são acusados de tendências comunistas” (MARX, 1853d). Para ele, desde o início de seus artigos no NYDT, o pauperismo apresentava-se enquanto uma das especificidades da *questão do trabalho* (*labor question*) (p. ex.: MARX, 1853g; 1853h), da classe trabalhadora e das suas lutas. Nesse sentido, é importante resgatar as análises de Castelo (2010:93) sobre a “questão social” em Marx e Engels:

Já na década de 1850 e início de 1860, em textos escritos para a imprensa, Marx tratou dos temas de crise, pauperismo e situação dos trabalhadores fabris sem referir-se uma única vez à “questão social”, nomeando-a de questão operária. Ao promover a substituição da palavra ‘social’ pela ‘operária’, Marx apontou para um novo tratamento teórico da “questão social”, pois deixou de trabalhar com a hipótese então conservadora de que os problemas sociais atingem a todos os segmentos sociais de forma indiscriminada, e passou a relacioná-los de forma mais estreita ao seu conteúdo de classe.

Em nossas buscas e análises dos textos marxianos no NYDT no período relatado, encontramos, sim, referências a manifestações da “questão social”, como o pauperismo, bem como alguns indivíduos nos/pelos quais ela se materializava (p. ex., os indigentes - *paupers*). Contudo, é correta a constatação de que eram analisados enquanto constitutivos da classe trabalhadora, uma análise desde o seu conteúdo de classe. Não por acaso, Marx utiliza os termos *working class*, *workingmen*, *working people*, *work-people*, *workers* e variações, inclusive, para se referir àqueles em condições mais pauperizadas.

Fome

Marx (2017) aponta que um dos motivos para a diminuição do pauperismo na Grã-Bretanha era a fome, que se alastrava sobretudo na Irlanda, dizimando cerca de um milhão de pessoas e levando um número muito próximo a emigrar em busca de sobrevivência - como veremos. Já a visão hegemônica, propagada por periódicos como o *The London Economist* - porta-voz da burguesia e dos ditames da economia política liberal -, tomava a diminuição do número de indigentes (*paupers*) nas casas de trabalho (*workhouses*) como sinônimo da redução do pauperismo ou sua consequência mais evidente, e que tal redução era resultado natural da prosperidade econômica oriunda do livre comércio. Contudo, negavam que tal diminuição numérica nas casas de trabalho se dava pela fome e as mortes consequentes, bem como “a

descoberta de ouro no exterior, o êxodo da Irlanda, a grande demanda por transporte marítimo britânico dela decorrente, etc, etc.” (MARX, 2017, p. 469).

Marx ironiza tais *análises* - mistificações apologéticas - que tomavam a aparência fenomênica como a essência ou consideravam certos fragmentos empíricos que *provavam* seus argumentos, desconsiderando outros e a realidade como totalidade: “[d]evemos confessar que ‘a fome’ é um remédio tão radical contra o Pauperismo quanto o arsênico contra os ratos” (MARX, 2017, p. 469). Ironiza também os economistas burgueses, a quem chama de “fantasistas” e “videntes oficiais da economia inglesa”, em contraposição aos socialistas e comunistas que, supostamente, eram os utopistas: “E esses sóbrios estatísticos burgueses têm a coragem de falar dos ‘utópicos’ – em verdade, não há maiores utópicos na face da Terra do que esses burgueses otimistas” (MARX, 2017, p. 471). Ao discorrer sobre a probabilidade da crise econômica, reitera sua crítica ao otimismo burguês e da economia política: “quando esses burgueses otimistas já anteciparam ou previram a crise?” (MARX, 2017).

A partir do exposto, podemos extrair como não só a produção de pobreza aumentava com o crescimento da riqueza, mas também a fome. Ou seja, isso não se dava *apesar* do desenvolvimento econômico, mas *nele e por ele*, enquanto parte dele. Temos pobreza e fome como expressões da desigualdade imanente do MPC e que se relacionam dialeticamente.

Em *Political prospects, commercial prosperity. Case of starvation (Perspectivas políticas. prosperidade comercial. Caso de fome)*, publicado em janeiro de 1853, Marx dá como exemplo, contrastando um montante de falas e dados sobre a prosperidade comercial britânica, a morte de um “homem robusto e forte, no auge da vida” (MARX, 1853i), que, ao peregrinar em busca de emprego, acabou morrendo de fome. Uma “morte paciente e miserável do homem esgotado” (MARX, 1853i), sem não antes fazer inúmeros apelos por ajuda, por comida, numa busca permanente e fracassada por abrigo em que não passasse frio, sem contar os pedidos por emprego e de ter passado sete dias em jejum. Por fim, ironiza:

Relate este caso de fome em meio à prosperidade a um homem gordo da cidade de Londres, e ele lhe responderá com as palavras do The London Economist, de 8 de janeiro:

“É encantador ver, sob o Livre Comércio, todas as classes florescendo; suas energias são evocadas pela esperança de recompensa; todos melhoram suas produções, e todos e cada um são beneficiados” (MARX, 1853i).

Em outro artigo, *Debates parlamentares. O clero e a luta pela jornada de dez horas. Fome*, escrito pouco mais de um mês depois e publicado em março, Marx (2020a) menciona, dentre os casos mensais de morte por inanição em Londres, o de uma mulher de 43 anos, morta não só pela fome, mas pela exposição ao frio; um caso que se assemelha a muitos de nossa

realidade, no que se refere às condições de vida (e de morte) de pessoas em situação de rua. A partir do relato do médico, menciona: “[a] falecida estava deitada em um monte de palha, sem a menor cobertura. O cômodo era completamente destituído [de] mobiliário, aquecimento ou comida. Cinco crianças pequenas estavam sentadas no chão nu, chorando de fome e frio ao lado do corpo da mãe” (MARX, 2020a:254). Temos só nestes exemplos imbricamentos entre pobreza, desemprego, fome, condições precárias ou falta de moradia, adoecimento e morte.

Desemprego, exército industrial de reserva, superpopulação relativa e trabalho precário

Como podemos observar, o desenvolvimento econômico, mesmo em um período de prosperidade comercial, também não foi capaz de possibilitar emprego a quem necessitava. Mais, se deu com base na utilização de mão-de-obra em condições precárias, degradantes, em jornadas de trabalho extensivas não exclusivas a adultos, mas incorporando, inclusive, crianças. Ou seja, a classe trabalhadora no período e contexto de Marx - cabe ressaltar, o país e economia mais desenvolvidos em termos capitalistas na época - numa encruzilhada, cujas alternativas eram a do desemprego e o conseqüente recrudescimento de uma condição já pauperizada, colocando em xeque sua sobrevivência, ou de trabalharem em condições insuficientes para repor sua força de trabalho, sua energia vital, colocando em xeque sua sobrevivência.

No decorrer da produção marxiana, temos inúmeros relatos, na forma de denúncias, acerca da situação da classe trabalhadora e, ao mesmo tempo, das lutas da classe trabalhadora por melhores condições de trabalho. Aliado a isso, é bastante analisado como o desemprego no MPC é estrutural, não havendo capitalismo sem parcelas significativas alijadas do mercado de trabalho, constituindo montantes expressivos do exército industrial de reserva ou superpopulação relativa, como explicitou Marx posteriormente. Por fim, toda essa dinâmica se mostra como a dinâmica do desenvolvimento capitalista, constitutiva do mesmo e necessária à sua reprodução, com tais *massas sobrantes* exercendo uma funcionalidade de redução ou manutenção rebaixada das condições e direitos trabalhistas, bem como dos patamares salariais - uma alavanca de acumulação capitalista (MARX, 2013) - e, também, como mecanismo de fragmentação e controle da própria classe trabalhadora, fomentando a competição no seio dela.

Com relação à utilidade do exército industrial de reserva enquanto mecanismo de fracionamento na classe trabalhadora, gerando, inclusive, tensões e lutas nela, é relevante a posição de Marx em *Persian Expedition in Afghanistan and Russian Expedition in Central Asia. Denmark. The Fighting on The Danube and in Asia. Wigan Colliers (Expedição Persa no Afeganistão e Expedição Russa na Ásia Central. Dinamarca. A Luta no Danúbio e na Ásia. Os*

Mineiros de Wigan), publicado em 18 de novembro de 1853. Ao final do artigo, em que Marx aborda vários temas, ele analisa o ocorrido em um protesto de mineiros em greve em Wigan que acabaram atacando outros mineiros trazidos pelo patrão do país de Gales para substituí-los. Na ocasião, segundo relato de Marx, sete mineiros morreram. Marx, “longe de defender os atos de violência sem sentido praticados pelo mineiro de Wigan” contra seus colegas-trabalhadores, entende que “há uma grande dificuldade [...] em proceder ‘pacífica, ordeira e silenciosamente’, quando são levados a atos de frenesi pela miséria absoluta e pela insolência fria de seus patrões” (MARX, 1853j). Ademais, “quando vemos os patrões se comprometendo com pesadas multas, com o objetivo de impor seu lock-out, podemos nos surpreender com a maneira mais rude e menos hipócrita com que os trabalhadores tentam impor sua greve [turn-out]?” (MARX, 1853j).

Tudo isso também nos mostra a própria luta de classes no cerne da “questão social”; a luta em decorrência das manifestações e desdobramentos da “questão social” e para transformá-las. No artigo *Condition of Factory Laborers (Condições dos Trabalhadores das Fábricas)*, Marx crítica as leis de aumento da jornada de trabalho e intensificação do trabalho, com vias a aumentar a exploração. “Trabalho em excesso nos termos dessa lei significa empregar jovens por mais tempo por dia do que o permitido legalmente” (MARX, 1857a). Ao se inteirar do relatório de inspetores da fábrica, Marx cita que, como resultado dessa dinâmica, o

número de acidentes decorrentes de máquinas, como morte, amputações de mãos, braços, pernas ou pés, fratura de membros e ossos, de cabeça e face, lacerações, contusões etc., durante os seis meses que terminaram no dia 31 outubro de 1856, chegaram ao terrível número de 1.919. Vinte casos de morte, afetados por máquinas, são registrados no boletim industrial por meio ano – cerca de dez vezes o número perdido pela Marinha britânica durante seu glorioso massacre de Cantão [*Canton massacre*] (MARX, 1857a).

Até a morte, referente à classe trabalhadora, por mais natural que seja, deve ser analisada em termos de como é determinada, isto é, o seu caráter social e histórico. Nessa “batalha entre trabalho e capital, entre salários e lucros” (MARX, 1853g), em que os segundos são “vampiros, engordando com o sangue vital da geração jovem trabalhadora de seu próprio país” (MARX, 1857a), tanto no artigo supracitado quanto no seguinte, *The English Factory System (O Sistema Fabril Inglês)* (MARX, 1857b) e em *The Labor Question (A Questão do Trabalho)*, de 28 de novembro de 1853, Marx destrincha um dos principais movimentos do capital para alavancar a acumulação e aumentar a exploração: a utilização de força de trabalho infantil e de mulheres por menores salários. “O comércio vigoroso era sinônimo de fábricas ampliadas, com maior aplicação de máquinas, com mais trabalhadores adultos sendo substituídos por mulheres e crianças, com horas de trabalho prolongadas” (MARX, 1853g). No artigo seguinte, *Prosperidade. A Questão do Trabalho (Prosperity. The Labor Question)*, denuncia as

condições de trabalho de 19 jovens em uma fábrica, com idades que iam de 9 a 22 anos - sendo que 12 eram menores de idade que, durante setembro de 1852, trabalharam “*sessenta horas consecutivas, com exceção de três horas para descanso!*” (MARX, 1853h). Ainda segundo ele, uma delas, “de apenas 9 anos de idade caiu no chão adormecida de exaustão, durante as 60 horas; ela *foi despertada e chorou, mas foi forçada a retomar o trabalho!*” (MARX, 1853h).

Loucura e sofrimento psíquico²

A análise sobre as manifestações da “questão social” até aqui postas relacionam-se diretamente com a deterioração da saúde dos(a) trabalhadores(as). Falar sobre a pobreza, a fome, o desemprego ou condições degradantes de trabalho é falar sobre uma saúde mental precária, adoecida, sofrida; uma degradação objetivo-subjetiva, físico-mental, do indivíduo como totalidade, circunscrito à totalidade social.

“Não há, talvez, fato mais bem estabelecido na sociedade britânica do que o correspondente crescimento da riqueza moderna e do pauperismo. Curiosamente, a mesma lei parece valer com respeito à loucura [*lunacy*]” (MARX, 1858a). A mesma dinâmica de prosperidade para uns poucos, enquanto aumentava a pobreza (pauperismo) e a fome para a maioria se dava também na produção da loucura. A análise marxiana sobre o crescimento da loucura abordou os anos de 1852 a 1857, “um período de prosperidade comercial sem precedentes” (MARX, 1858a). Não era de se esperar que, num período de prosperidade comercial sem precedentes, o sofrimento da população - que produz objetivamente tal prosperidade, tal riqueza - não diminuísse em face da própria prosperidade econômica? Que as condições de vida melhorassem e o número de pessoas que enlouqueciam, dadas as condições de vida supostamente já não tão enlouquecedoras, diminuísse? Ou que aqueles em sofrimento psíquico tivessem melhoras, em decorrência da própria melhoria das/nas condições de vida?

Não era isso que acontecia. O número de pessoas consideradas loucas e colocadas em instituições asilares-manicomiais na Grã-Bretanha aumentou de 21.158 para 27.693 entre 1852 e 1857. Em termos proporcionais também: no início de 1852, a proporção era de 1 louco para cada 847 pessoas “normais”; em 1857, de 1 em 701. Temos uma amálgama da loucura com a pobreza. A loucura, o sofrimento psíquico como expressões da “questão social” ou desdobramentos, já que não é só a classe trabalhadora que sofre. Em publicação sobre o suicídio de 1846, a partir de relatos de Jacques Peuchet, Marx já explicitava: “[e]mbora a miséria seja a maior causa do suicídio, encontramos-lo em todas as classes, tanto entre os ricos ociosos como

² Utilizamos o termo “loucura” e correlatos não de maneira preconceituosa, mas para disputá-lo e ressignificá-lo, continuando as lutas na saúde mental brasileira que têm o “louco” como sujeito de ação, agente de transformação.

entre os artistas e os políticos” (MARX, 2006:24). Tudo isso diz do caráter de desumanização generalizado do MPC que afeta todos(as), de acordo com suas condições concretas: “como se somente os trabalhadores definhassem sob as atuais condições sociais, ao passo que, para o restante da sociedade, o mundo tal como existe fosse o melhor dos mundos (:22)

Já em *Rise in the Price of Corn. Cholera. Strikes. Sailors' Movement (Aumento do preço do milho. Cólera. Greves. Movimento dos Marinheiros)*, Marx (1853c) sinalizou como a “questão da subsistência” é central ao grosso da classe trabalhadora, que tem de se preocupar diuturnamente se sobreviverá ou não ao dia seguinte, mesmo em período próspero economicamente. Logo, pode-se dizer da condição de vida enquanto situação de preocupação, angústia, sofrimento constantes. Quanto mais se precariza, mais se produz sofrimento e se normaliza o sofrimento; uma miséria objetiva e subjetiva.

Os preços do milho subiram em Königsberg, Stettin, Dantzig, Rostock, Colônia, Hamburgo, Roterdã e Antuérpia e, claro, em todos os mercados importadores. Nos principais mercados provinciais da Inglaterra, o trigo avançou de 4 para 6s. por qr. Os preços constantemente crescentes do trigo e do centeio na Bélgica e na França, e a conseqüente escassez do pão, criam muita ansiedade (MARX, 1853c).

Ademais, o tratamento ofertado não só era insuficiente em termos numéricos e carecia de estrutura e profissionais, mas “mesmo quando os meios de acomodação nessas casas licenciadas são grandes e amplos, a acomodação real oferecida é uma mera farsa e o tratamento dado aos internos uma vergonha” (MARX, 1858a). Muitos foram *depositados* nas *workhouses*, transformando-as “não apenas em asilos para loucos [*lunatic asylums*], como em asilos com carências no atendimento, no tratamento e na fiscalização, constituindo a principal salvaguarda dos pacientes internados em asilos regularmente em funcionamento” (MARX, 1858a).

Marx passa a criticar não só as deficiências quantitativas e estruturais, reunindo várias denúncias contra o Estado e iniciativas privadas, mas a própria lógica que rege tal assistência.

existem poucos estábulos ingleses que, ao lado das enfermarias dos loucos [*lunatic wards*] nos asilos, não apareceriam *boudoirs*³, e onde o tratamento recebido pelos quadrúpedes não pode ser chamado de afetuoso quando comparado ao dos pobres loucos [*poor insane*] (MARX, 1858a).

Não contente em produzir sofrimento, em enlouquecer os indivíduos, era necessário controlá-los e aliená-los ainda mais por mecanismos coercitivos, aprisionantes sob roupagens de tratamento. “Tratamentos”, que, na verdade, produziam mais sofrimento, mais adoecimento; instituições que não eram de tratamento ou de cura, mas de segregação, controle. No caso das *workhouses*, forjou-se uma dinâmica corretiva, disciplinar e de trabalho forçado, extraindo o

³ Cômodos luxuosos, geralmente usados pelas mulheres burguesas da época.

máximo de tais indivíduos; uma perspectiva asilar-manicomial e mercantil, em que, quanto mais internos, mais lucro: um comércio e indústria da loucura, como denunciado por Marx:

[É] um resultado natural que a detenção em *workhouses* não apenas piore os casos não tão agudos de loucura para os quais foi originalmente planejada, mas tem a tendência de cronificar e tornar permanentes os casos que deveriam ter sido tratados por cuidados precoces. O princípio decisivo para os Conselhos de Guardiães é a economia (MARX, 1858a).

Colocando em diálogo a crítica de Marx em *The Increase of Lunacy in Great Britain* com suas análises posteriores sobre a *lei geral de acumulação capitalista* e a *assim chamada acumulação primitiva* (MARX, 2013), podemos apreender que tais instituições asilares-manicomiais são respostas à necessidade de gerência e controle da superpopulação relativa que foi expropriada dos meios de produção e forçada a migrar aos centros urbanos, onde não havia trabalho para todos, resultando em condições mais pauperizadas e tornando-os mais suscetíveis ao sofrimento, à loucura. Mesmo quem enlouquecia, recebia “tratamento” semelhante enquanto rebotalho a ser ajustado à normalidade produtiva capitalista ou penalizado por sua pobreza, como já sinalizava nas *Glosas críticas...* (MARX, 2011). Com o desenvolvimento do MPC, temos o desenvolvimento da “questão social” nas suas variadas expressões ou desdobramentos e das formas de gerência e controle daqueles e daquelas que a encarnam; não à toa, o grosso das instituições asilares-manicomiais se voltava aos *loucos e pobres* e aos *loucos pobres*.

Antes de *The Increase of Lunacy in Great Britain*, Marx publicou *Imprisonment of Lady Bulwer-Lytton*. Nele, denunciava o sequestro e a prisão de Rosina Bulwer-Lytton, que foi *diagnosticada* como louca por ter ido às tribunas da Câmara Municipal de Hertford denunciar seu ex-marido Edward Bulwer-Lytton, renomado escritor e político conservador. A trama foi operada por Edward e seu filho - também filho de Rosina -, com a loucura forjada, junto do respectivo “tratamento” (a “prisão”), como forma de silenciar e oprimir uma mulher e proteger seu ex-marido: “A circunstância mais importante é essa: Enquanto Sir Edward falou, Lady Bulwer manteve silêncio” (MARX, 1858b). Rosina enquanto “alvo” do tratamento, ou seja, a pessoa a ser cuidada, foi alvo de violência, com o cuidado sendo orientado ao ex-marido.

Dialogando com *Sobre o Suicídio*, de 1846, em que Marx publica quatro casos de suicídio extraídos dos arquivos de Jacques Peuchet, sendo três de mulheres que se suicidaram em face de violências e opressões diversas, e duas da burguesia francesa, temos uma ferrenha crítica da opressão patriarcal expressa no/pelo modelo de família burguesa. Segundo Michael Löwy, “o destino delas fora selado mais pelo seu gênero do que por sua classe social” (LÖWY, 2006:18). Ademais, “[a] reificação capitalista e a dominação patriarcal são associadas por Marx [numa] acusação radical contra as modernas relações da família burguesa, fundadas sobre o

poder masculino” (LÖWY, 2006:19). No caso das mulheres, não só a loucura expressa uma condição de vida oprimida, a dominação reificada delas como propriedade do homem, da família e da sociedade capitalista patriarcal, como as formas tradicionais de se abordar a loucura também se configuram historicamente como mecanismos de (mais) opressão.

Ainda sobre o suicídio como desdobramento da “questão social”, é importante resgatarmos Engels e sua análise da situação da classe trabalhadora inglesa:

A miséria só permite ao operário escolher entre deixar-se morrer lentamente de fome, suicidar-se ou obter aquilo de que necessita onde encontrar – em outras palavras, roubar. Não espanta o fato de a maioria preferir o furto ao suicídio ou à morte por fome. Sem dúvida, há entre os operários muitos indivíduos suficientemente moralistas para, mesmo na extrema privação, não roubar; esses morrem de fome ou se suicidam. O suicídio, que no passado foi um invejável privilégio das classes altas, está atualmente na moda na Inglaterra até entre os proletários e muitos pobres diabos se matam na única alternativa que lhes resta para escapar à miséria (ENGELS, 2010:155)

Criminalidade

Já nas *Glosas críticas...* Marx (2011:145) atenta para as imbricações da criminalidade com o pauperismo, dentre outras manifestações ou desdobramentos da “questão social:

Grande beleza da natureza os fantasiosos trapos com que se vestem os pobres ingleses e a carne mirrada e enrugada das mulheres roídas pelo trabalho e pela miséria; as crianças que jazem no esterco; os abortos provocados pelo excesso de trabalho no uniforme mecanismo das fábricas! E os graciosíssimos últimos detalhes da prática: a prostituição, o crime e a força!

Debruçando-se sobre os documentos publicados pelo Conselho da Lei dos Pobres sobre os anos de 1848 a 1851, Marx nota que “o número de criminosos também cresceu” (MARX, 2017), a despeito da dita prosperidade econômica supostamente propiciada pelo livre comércio. Ora, se tal prosperidade se solidifica e se alastra com o desenvolvimento das políticas econômicas de livre comércio, não era de se esperar uma redução da criminalidade?

A constatação acerca do crescimento da criminalidade é reforçada anos depois, no artigo *População, crime e pauperismo*, publicado em 23 de agosto de 1859. Marx compila dados do “Resumo estatístico para o Reino Unido em cada um dos últimos 15 anos de 1844 a 1858”, produção estatística produzida pelo parlamento britânico, sobre a população os índices de criminalidade e de pauperismo, concluindo que, entre 1844 e 1854

a criminalidade cresceu em nível mais acelerado do que a população, enquanto a pobreza (*pauperism*) permaneceu praticamente inalterada entre 1849 e 1858, apesar das enormes mudanças operadas neste intervalo no estado da sociedade britânica (MARX, 2015:120).

Cabe ressaltar que tais estatísticas desconsideram a Irlanda que, conforme mencionado, foi diretamente afetada pela fome e suas implicações (como a emigração em massa, que

veremos a seguir) com sua população diminuindo drasticamente. Tal “limitação metodológica” é necessária de ser pontuada, pois a Irlanda foi o único país do Reino Unido no período que teve diminuição considerável na criminalidade. Contudo, “tais números nada têm que ver com as ações do governo britânico, são simples consequências da fome, do êxodo e uma combinação geral de circunstâncias favoráveis à demanda por trabalho irlandês” (MARX, 2015:121).

No mais, a queda nos índices de criminalidade a partir de 1855, não representou a queda nos crimes cometidos, mas que uma série de práticas deixaram de ser qualificadas como crime. Alterações “técnicas”, mas no seio das relações econômicas e suas determinações reflexivas com a esfera política. Portanto, o crime e o criminoso como construções sociais, cumprindo funções econômicas, políticas e ideológicas - sobretudo de controle da classe trabalhadora -, ao invés de algo natural, como se existissem por si, e não que são produzidos enquanto tal numa determinada realidade histórica. Vale aqui, de novo, citar Engels (2010:155) e a classe trabalhadora inglesa, havendo “entre os operários muitos indivíduos suficientemente moralistas para, mesmo na extrema privação, não roubar; esses morrem de fome ou se suicidam”.

Eis a produção de certos atos como crimes para evitar que a classe trabalhadora os faça e como controle, caso venha a cometê-los, sendo punida, encarcerada. Uma dupla punição: de padecer “livre”, caso não os faça, e de padecer “presa”, ao cometê-los. Não à toa, certos crimes deixam de ser crimes, tornados lícitos ou ao menos com punições mais brandas, dependendo de como a alteração contribui à reprodução da ordem. Há uma *economia política da pena*, que pode ser extraída e desenvolvida a partir da breve, mas importante reflexão marxiana.

Violações da lei geralmente emergem como resultado de ações econômicas (*economical agencies*), que se encontram além do alcance dos legisladores; mas, assim como a aplicação (*the working of*) da Lei da Delinquência Juvenil demonstra, depende, em certa medida, da sociedade oficial (*official society*) carimbar (*to stamp*) certas violações como crimes ou como meras transgressões. Tal diferença de nomenclatura, longe de indiferente, decide o destino de milhares de homens, além da postura moral (*moral tone*) da sociedade (MARX, 2015:121).

Assim, “[d]eve haver algo de podre na essência mesma de um sistema social que eleva sua riqueza sem diminuir sua miséria, e eleva sua criminalidade ainda mais rapidamente” (MARX, 2015:120). Ou, como discorremos: eleva sua riqueza sem diminuir sua miséria, eleva o desemprego, a fome, a criminalidade, o sofrimento e a loucura ainda mais rapidamente.

Emigração como desdobramento da “questão social”

Trabalhando a partir de dados oficiais do Escritório de Emigração Colonial entre 1º de janeiro de 1847 e 1º de janeiro de 1852, Marx observa que quatro quintos da emigração era da

“população celta da Irlanda e das Terras Altas (Highlands) da Escócia” (MARX, 2020b:256). A razão por trás desse panorama veiculada por um dos principais meios de comunicação ingleses da época, o *The Economist*, era a de que se tratava do colapso do sistema social no qual tais indivíduos se encontravam, baseado na pequena propriedade no cultivo da batata. Sendo assim, o atraso de tais realidades, supostamente evidenciados na grande emigração de irlandeses, não só apontava para a necessidade de “melhoramento”, como a antecipava. “Comece com a pauperização dos habitantes de um país e quando for impossível arrancar mais lucro deles, quando tiverem se transformado em um fardo para a receita, mande-os para fora do país e recalcule seu rendimento líquido”, retrucou Marx (2020b:256), apontando a filiação do panfleto liberal às principais análises da economia política, como as de Ricardo e de Sismondi.

Ferreira (2020), numa análise dos artigos *Debates parlamentares – o clero e a luta pela jornada de dez horas – fome* (MARX, 2020a) e *Emigração forçada* (MARX, 2020b), destaca como o núcleo comum de ambos é a crítica à mistificação generalista e abstrata da economia política, cujas elaborações “abstraíam os aspectos humanos do problema e concentravam seu interesse no tema da ‘riqueza nacional’” (FERREIRA, 2020:247), a “entidade gramatical chamada ‘riqueza nacional’” (MARX, 2020b:256). O problema da miséria humana, mais especificamente da classe trabalhadora, era apagado pelo crescimento da riqueza geral - concentrada pela burguesia. Ora, se a economia ia de vento em polpa, não haveria pobreza ou esta era justificada como parte do processo, necessária a ele, não havendo por que se preocupar.

Contudo, Marx constatou que a “roda dos ‘melhoramentos’” (MARX, 2020b:256) não só se atinha aos depauperados da Irlanda e das Terras Altas da Escócia, chegando aos pequenos agricultores ingleses, sobretudo aqueles cujas terras não eram tão produtivas. Com isso, eram também praticamente forçados a emigrar para sobreviver, uma “emigração compulsória provocada pelo latifúndio, concentração fundiária, utilização de máquinas agrícolas e introdução do moderno sistema de agricultura em larga escala” (MARX, 2020b:257).

Nesse sentido, temos “a miséria e a fome do proletariado britânico como fatores responsáveis por sua emigração” (FERREIRA, 2020:247) e não um atraso no desenvolvimento das forças produtivas ou na organização social de tais povos. Nas palavras do próprio Marx:

Ao mesmo tempo atua na Inglaterra um déspota invisível, intangível e silencioso, que condena indivíduos, em casos extremos, à mais cruel das mortes, e conduzindo silenciosamente, todos os dias, raças e classes inteiras de homens para fora do solo de seus antepassados, como o anjo que com sua espada de fogo expulsou Adão do Paraíso. Em sua forma derradeira, o trabalho do déspota invisível se chama emigração forçada, em sua forma inicial ele se chama fome (MARX, 2020a:254).

Tudo isso remete à produção destes como proletariados, trabalhadores livres (a vender as forças de trabalho) obrigados a migrar às cidades por conta das expropriações de suas terras e instrumentos de produção. Dialogando com a análise marxiana sobre a *acumulação primitiva*, não apenas são forçados como proletariado, mas um proletariado pauperizado, com o grosso compondo o exército industrial de reserva ou a superpopulação relativa, afinal “[e]xpulsos pela dissolução dos séquitos feudais e pela expropriação violenta e intermitente de suas terras, esse proletariado inteiramente livre não podia ser absorvido pela manufatura emergente com a mesma rapidez com que fora trazido ao mundo” (MARX, 2013:805).

“As modernas transformações no processo da produção [...] expropriaram o clã escocês, o arrendatário (cottier and tenant) irlandês, o camponês independente inglês, incontáveis artesãos, toda uma geração de crianças e mulheres empregadas nas fábricas” (MARX, 2020b:258). Uma história “gravada nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo” (MARX, 2013:787). Assim, antes do processo de emigração e junto dele, temos uma ampla migração interna, que remete à “violenta criação do proletariado inteiramente livre, a disciplina sanguinária que os transforma em assalariados, a sórdida ação do Estado, que, por meios policiais, eleva o grau de exploração do trabalho e, com ele, a acumulação do capital” (:813).

Tanto a emigração quanto a migração em massa, nas especificidades analisadas por Marx, são desdobramentos da “questão social”; o caráter praticamente forçado de ambas não decorre de *primitivismo* ou reduz-se a condições climáticas, mas diz do desenvolvimento objetivo do MPC que tem nelas um colorário. Emigração e migração atreladas à pobreza e demais manifestações ou desdobramentos da “questão social” que resguardadas as devidas diferenças, dizem do atual panorama migratório global, da crise humanitária vivenciada, plasmadas ao desenvolvimento e recrudescimento de guerras, da destruição da natureza e outras determinações - que, por sua vez, não são arcaicas ou são anomalias, mas expressam o desenvolvimento cada vez mais destrutivo, barbárico do MPC. Contudo, dado seu caráter contraditório, produzindo suas contradições internas, neste caso, os(as) expropriados(as) “expropriarão, no devido tempo, o senhor da terra e o senhor do algodão” (MARX, 2020b:258), denotando a luta de classes como motor da história e, portanto, da “questão social”.

Marx e a “questão social”: apontamentos à nossa realidade

O Reino Unido não é o Brasil e estamos em 2022, e não no século XIX. Porém, as análises de Marx não significam aqui a transposição de um “olhar” supostamente eurocêntrico, nem que se pode construir o passado no futuro. Não é o mais simples, em termos de desenvolvimento que explica o mais complexo (MARX, 2008). Queremos, com o resgate de

trabalhos não tão conhecidos de Marx, explicitar a pertinência de seu método e sua análise à nossa realidade, com as necessárias mediações. Em concomitância a Ferreira (2020:48),

Sem ignorar a irredutibilidade das diferenças entre contextos e processos distantes de si por mais de um século, é possível inspirar-se na maneira radical (no sentido marxiano), original, criativa e não indulgente com que o demiurgo da filosofia da práxis enfrentou estes problemas em seu próprio tempo.

Por exemplo, se “um milhão de pobres nas *workhouses* britânicas é tão inseparável da prosperidade britânica quanto a existência de dezoito a vinte milhões em ouro no Banco da Inglaterra” (MARX, 2017, p. 472), a redução da riqueza de 90% da população brasileira na pandemia é tão inseparável de nossa prosperidade quanto a existência de 55 bilionários e seus US \$176 bilhões (OXFAM, 2022). Ademais, conforme Marx (1854):

De todos os países, a Grã-Bretanha viu desenvolver em maior escala o despotismo do capital e a escravidão do trabalho. Em nenhum outro país, os níveis intermediários entre o milionário, comandando exércitos industriais inteiros, e o escravo-assalariado [*wages-slave*], vivendo apenas da mão à boca, foram tão radicalmente varridos do solo. Não existem mais, como nos países continentais, grandes classes de camponeses e artesãos quase igualmente dependentes de sua própria propriedade e de seu próprio trabalho. Um divórcio completo entre propriedade e trabalho foi efetuado na Grã-Bretanha. Em nenhum outro país, portanto, a guerra entre as duas classes que constitui a sociedade moderna assumiu dimensões e feições tão colossais e atributos tão distintos e palpáveis.

A preocupação de Marx com a realidade britânica residiu também no fato de se tratar do país com o maior nível de desenvolvimento capitalista da época. O caráter de denúncia de Marx é recrudescido e generalizado: o país capitalista mais avançado gerava miséria a quem sustentava a sua reprodução; ou seja, é da sua natureza impor miséria a quem a produz. Se ele gerava miséria, fome, desemprego, sofrimento, necessidade de emigração etc. para a maioria da sua população, esse é um problema de tal modo de produção da vida, não só dos contextos nos quais ele se entificou particularmente ou de determinados períodos históricos de seu desenvolvimento. O problema é o MPC, seu caráter imanentemente desigual independente de seu estágio de desenvolvimento, tal como expresso na/pela “questão social” enquanto “expressão fenomênica de uma dinâmica cuja lógica é dada pelas relações sociais capitalistas na direção da valorização/acumulação de capital” (GUERRA; BATISTA, 2021:184).

As próprias manifestações ou desdobramentos da “questão social” devem ser analisadas “enquanto parte constitutiva das relações capitalistas” (IAMAMOTO, 2001:10), com suas expressões contemporâneas, por mais que tenham elementos novos ou novas formas, dizendo da “velha” “questão social”, da “velha” contradição capital-trabalho, da “velha” propriedade privada, da “velha” dinâmica expressa na lei geral de acumulação capitalista. É o “velho” capitalismo, em seu atual estágio de desenvolvimento, cujas particularidades e forma histórica

presente não o negam enquanto totalidade social. Deve-se ter cuidado para não analisar a “questão social” pelo prisma “da dinâmica imediata da sociedade, ou seja, da expressão dos seus aspectos fenomênicos, sem penetrar na essência do problema e de suas determinações” (PIMENTEL, 2012:140), caracterizando como “novo”, uma “nova questão social”, o que é uma “velha forma reinventada para enfrentar um velho problema com traços renovados” (:152).

Como afirmou Netto (2001:45) “diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da ‘questão social’”, havendo “para além da permanência de manifestações ‘tradicionais’ da ‘questão social’, a emergência de novas expressões da ‘questão social’” (:48). E as novas expressões da “questão social” não suprimem as “velhas” ou “tradicionais”. Em que sentido a pobreza, a fome, o desemprego ou as condições cada vez mais precárias e degradantes de trabalho, a loucura, a criminalidade e a emigração forçada pela miséria, tal como discorremos a partir de Marx, deixaram de existir, mesmo que não se deem exatamente como no século XIX? Dessa forma, em consonância a Pereira (2021:32), a “questão social”

traduz os conceitos universais (ou categorias) de movimento (de transformação), historicidade (transitoriedade/mudança) e contradição (unidade dialética dos contrários), indicando, implicitamente, que a realidade [...] é um todo sinuoso, dinâmico e relacional. Ademais, questão social sugere coexistência imbricada de instâncias estruturais e históricas, requerente de abordagem que conjugue o sistema de produção e reprodução econômicas com o sistema de poder político; e associe, organicamente, economia e política na análise da relação dialética entre estruturas de apropriação (econômica) e de dominação (política) versus luta de classes

Como também demonstramos, trata-se de uma questão *una*, a “questão social” que, por sua vez, é a questão da classe trabalhadora nessa sociabilidade antagônica. Por mais que a “questão social” se manifeste por tais expressões ou desdobramentos, elas não são *questões sociais*, como se fossem questões em si, apartadas umas das outras. A separação delas em seções no artigo teve intuito didático, ilustrando a tratativa marxiana sobre cada uma delas e demonstrando que é possível e desejado se aprofundar em suas especificidades sem fragmentá-las. Não fazendo isso, descaracteriza-se os objetos que se analisa, afinal, a forma como se produzem na realidade deve ser expressa idealmente pelo pensamento, a abstração.

Muito menos são *variáveis*, *recortes* que, na melhor das hipóteses, se correlacionam - o que já pressupõe que estão separadas -, tomadas de maneira estanque e não como movimento (contraditório). Novamente, isso não significa que não devam ser analisadas em suas especificidades. Porém, se retiradas da totalidade a qual compõem e conformam, se fazendo na relação umas com as outras (e umas nas outras), deixam de ser as manifestações ou desdobramentos da “questão social”, mas abstrações incondizentes com a realidade.

É também comum que algumas das expressões sejam tratadas como *questões* individuais, privativas. Por mais que atravessem e encarnem em indivíduos singulares, que se fazem objetivamente e subjetivamente, ao mesmo tempo que são desenvolvidas na e pela ação destes indivíduos, estes não existem enquanto entidades abstratas ou autônomas, expressando singularmente a totalidade social e seu antagonismo de classes, que é racializado e racista, machista, sexista, LGBTfóbico etc. Em consonância a Souza e Teles (2021:57),

entender a história do trabalho subordinado à lei do valor requer considerar sua divisão social, sexual e racial, a qual: por um lado, determina o potencial de extração de mais-valia; por outro lado, desdobra-se em contradições que se apresentam no cotidiano e no nível da aparência, como processos desvinculados da estrutura produtiva.

Com isso, alertamos contra as leituras essencialistas, liberais e apologéticas da ordem burguesa, que mistificam a “questão social”, dissociando-a do MPC. Como mencionado, Marx percebeu isso e, mais ao fim da vida, passou a desdenhar da expressão, “deixando claro que ela se refere a muitas coisas sem dizer nada” (CASTELO, 2010:92). Tal crítica não significou uma desconsideração do que representava a “questão social e já estava presente nos textos ao NYDT, ao confrontar-se com veículos midiáticos liberais, folhetins da burguesia, bem como as doutrinas que os sustentavam - a economia política e teóricos como Ricardo, Sismondi e Malthus - que colocavam a culpa no inverno, no frio, nas pestes, na natureza ou, no máximo, bradavam reclamações genéricas sobre “a sociedade” igualmente abstrata, “uma comunidade imunda, pestilenta, imoral, ignorante, cruel, desajeitada, descontente e incomumente difícil” (MARX, 1853a). Nisso, recorriam a uma suposta natureza egoísta e individualista do ser humano - e, de novo, um ser genérico, abstrato - que atentava contra a vida em coletividade, tendo como cura uma “filantropia hipocondríaca” (MARX, 2020b:257).

Transversalmente, temos a “questão social” reduzida a *desvios*, problemas morais, comportamentais, estilos de vida, falta de educação etc. Culpabilizava-se a classe trabalhadora pela sua condição, ainda mais nos períodos de prosperidade econômica. Marx, desde sua juventude, pôs-se a combater tais mistificações na/pela economia política, para quem “a miséria é considerada como culpa dos pobres e, deste modo, neles punida” (MARX, 2011:146). Não à toa, mesmo as parcas críticas à sociedade se voltavam aos trabalhadores, incapazes de fornecer a “melhor educação possível para eles e seus filhos, de modo a se prepararem para a melhoria de suas circunstâncias e aprenderem como aproveitá-la da melhor maneira”, sendo que “as escolas nunca foram tão mal atendidas, ou as taxas escolares tão mal pagas” - trecho do *The Economist* citado por Marx (1853g). Assim, desconsideravam que “[q]uanto mais o moinho era frequentado pela mãe e pela criança, menos esta frequentava a escola” (MARX, 1853g) e, como

ironizou, “não era de se admirar que as classes trabalhadoras não tivessem usado o período de prosperidade para educar seus filhos e a si mesmos” (MARX, 1853h). Em outra ironia:

Se resumirmos, então, as oportunidades de ouro que foram assim jogadas fora pelas classes trabalhadoras, elas consistem na oportunidade de ouro de: não se casarem, da oportunidade de viverem com menos luxo, de não pedirem salários mais altos, de se tornarem capitalistas a 15 xelins por semana, e de aprenderem a manter o corpo são com piores alimentos, e como degradar a alma com as doutrinas pestilentas de Malthus (MARX, 1853g).

Em nossa realidade, tais mistificações da/pela “questão social” e culpabilização da classe trabalhadora também expressaram (e conformaram) particularidades de um capitalismo dependente de gênese e via colonial, como: o dito *jeitinho brasileiro*; a culpa de negros(as) e sua “indolência” e/ou da mestiçagem; o clima tropical etc. E “[q]uando os trabalhadores pedem mais do que ‘as necessidades básicas da vida’, quando aparentam ‘partilhar’ dos lucros resultantes de sua própria indústria, são acusados de tendências comunistas” (MARX, 1853d). Somam-se a isso, tautologias gerencialistas, tecnocratas e politicistas. Todas construções ideológicas a mistificar e justificar a “violência como potência econômica nas origens [e desenvolvimento] da ‘questão social’ no Brasil” (CASTELO, 2021:106).

E quando afirmamos a “questão social” como questão da classe trabalhadora, não desconsideramos as mediações e determinações que dizem da concretude desta classe em nossa realidade particular, como as de raça, etnia, gênero e sexualidades. Até porque o “concreto é concreto, porque é a síntese de múltiplas determinações, isto é, a unidade no diverso” (MARX, 2008:258). Analisar como a “questão social” se materializa, mediada pelas particularidades do MPC e das formações sociais particulares nas quais ele se realiza, suas respectivas estruturas e dinâmicas (SANTOS, 2012; SOUZA; TELES, 2021), bem como a ação humana e sua capacidade transformadora, é apreender sua concretude na/pela concretude da classe trabalhadora; uma classe trabalhadora que não é genérica, abstrata, feita de indivíduos racializados, gendrados etc. Um processo “pleno de determinações complexas, em que se entrelaçam questões étnico-/raciais, de gênero, nacionais, regionais, geracionais, se produzem novas e se reforçam antigas refrações” (GUERRA; BATISTA, 2021:185).

Marx, em seu intuito revolucionário de explicar o funcionamento do MPC para superá-lo, acabou operando em níveis de abstração mais elevados, de modo a dissecar sua anatomia, extraindo desse exercício, suas leis gerais (e tendenciais). Cabe a nós darmos continuidade, indo dos níveis de abstração mais elevados aos mais concretos, e vice-versa, apreendendo o que nos constitui como indivíduos singulares nas particularidades da formação social brasileira, um capitalismo dependente, de gênese e via colonial, abruptamente desigual, racista, machista, sexista, LGBTfóbico. Por exemplo, para Souza e Teles (2021) uma análise histórico-estrutural

da “questão social” na formação social brasileira, deve abordar as disputas pela terra e o latifúndio, trabalho, Estado, luta de classes, racismo estrutural e sexismo. Parafraseando Marx (2020b:258): as modernas transformações no processo da produção expropriaram em nosso país os povos originários, roubaram e escravizaram negros(as), camponeses, toda uma geração de homens, mulheres e crianças empregadas nas fábricas, em carvoarias, dentro de suas casas. Estes também expropriarão, no devido tempo, todos os senhores.

Além disso, definir a “questão social” por suas expressões fenomênicas é desconsiderar seu núcleo central, que consiste não só do capital, do trabalho assalariado (alienado, estranhado), mas também das lutas da classe trabalhadora (CASTELO, 2010; PEREIRA, 2021). A “questão social” não só como fato objetivo, mas também apropriada por quem a expressa, de modo a negá-la e negar a sua própria condição negada pela “questão social”; a “consciência política de que a ‘questão social’ está necessariamente colada à sociedade burguesa: somente a supressão desta conduz à supressão daquela” (NETTO, 2001:44/45), e como isso se forja na/pela luta. Não à toa, a utilização tradicional da “questão social” enquanto mistificação e freio da consciência da classe trabalhadora enquanto classe para si (GUERRA; BATISTA, 2021).

Por fim, temos nas análises marxianas no NYDT germens que serão desenvolvidos no O Capital e sua análise da *lei geral de acumulação capitalista*, na *assim chamada acumulação primitiva*, bem como outros aspectos de sua crítica da economia política que não trabalhamos, dizendo do escopo e limitações do trabalho. Devem ser, portanto, circunscritos à dissecação marxiana da anatomia capitalista atrelados à sua teoria do valor, à natureza expansiva do capital (pautada na criação e ampliação de mercados e processos de expropriação), à lei tendencial da queda da taxa de lucro associada à ampliação das forças produtivas e processos necessários de concentração e centralização do capital etc. Sem estas categorias e leis, a análise sobre a “questão social” também fica lacunar, com o risco de se reduzir a complexidade do real (e da análise) à dimensão empírica. Provemos um itinerário analítico a ser continuado e aprimorado. Debruçar-se sobre este processo nos lega Marx como totalidade e movimento; seus fluxos, reflexos, descontinuidades na própria continuidade.

Referências

- BARSOTTI, P. O jornalista Karl Marx e o II Império nas páginas do New York Daily Tribune. *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 13/14, p. 133-146, 2005.
- CASTELO, R. A “questão social” nas obras de Marx e Engels. *Praia Vermelha*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 85-94, 2010.
- CASTELO, R. A violência como potência econômica na gênese da “questão social” no Brasil. *Temporalis*, Brasília, v. 21, n. 42, p. 94-109, 2021.
- ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2010.

- FERREIRA, M. Marx no New York Daily Tribune: Apresentação. *Crítica Marxista*, Campinas, n. 50, p. 245-248, 2020.
- GUERRA, Y.; BATISTA, A. A expressão “questão social” em questão: um debate necessário ao Serviço Social. *Temporalis*, Brasília, v. 21, n. 42, p. 173-187, 2021.
- IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. *Temporalis*, v. 2, n. 3, p. 9-32, 2001.
- IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. C. *Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo; Lima: Cortez; CELATS, 2006.
- LEDBETTER, J. Introduction. In: LEDBETTER, J. (Org.). *Dispatches for the New York Tribune: selected journalism of Karl Marx*. Londo: Penguin Book, 2007. p. xvii-xxvii.
- MARX, K. Political Consequences of the Commercial Excitement. *New-York Daily Tribune*, n. 3602, 2 nov., 1852a. Disponível em: <<http://marxengels.public-archive.net/en/ME0694en.html>>. Acesso em: 24 fev. 2022.
- _____. The Turkish War. Industrial Distress. *New-York Daily Tribune*, n. 3952, 16 dez., 1853a. Disponível em: <<https://marxengels.public-archive.net/en/ME0782en.html>>. Acesso em: 24 fev. 2022.
- _____. English Prosperity. Strikes. The Turkish Question. India. *New-York Daily Tribune*, n. 3809, 1 jul., 1853b. Disponível em: <<https://marxengels.public-archive.net/en/ME0738en.html>>. Acesso em: 24 fev. 2022.
- _____. Rise in the Price of Corn. Cholera. Strikes. Sailors' Movement. *New-York Daily Tribune*, n. 3873, 15 set., 1853c. Disponível em: <<https://marxengels.public-archive.net/en/ME0757en.html>>. Acesso em: 24 fev. 2022.
- _____. Panic on the London Stock Exchange. Strikes. *New-York Daily Tribune*, n. 3900, 17 out., 1853d. Disponível em: <<http://marxengels.public-archive.net/en/ME0763en.html>>. Acesso em: 24 fev. 2022.
- _____. The War Question. Financial Matters. Strikes. *New-York Daily Tribune*, n. 3904, 21 out. 1853e. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/marx/works/1853/10/21.htm>>. Acesso em: 24 fev. 2022.
- _____. War. Strikes. Dearth. *New-York Daily Tribune*, n. 3904, 21 out. 1853f. Disponível em: Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/marx/works/1853/11/15.htm>>. Acesso em: 24 fev. 2022.
- _____. War. The Labor Question. *New-York Daily Tribune*, n. 3936, 28 nov. 1853g. Disponível em: Disponível em: <<http://marxengels.public-archive.net/en/ME0775en.html#N323>>. Acesso em: 24 fev. 2022.
- _____. War. Prosperity. The Labor Question. *New-York Daily Tribune*, n. 3904, 30 nov. 1853h. Disponível em: Disponível em: <<http://marxengels.public-archive.net/en/ME0776en.html>>. Acesso em: 24 fev. 2022.
- _____. Political Prospects Commercial Prosperity Case of Starvation Karl Marx. *New-York Daily Tribune*, n. 3681, 2 fev. 1853i. Disponível em: Disponível em: <<https://marxengels.public-archive.net/en/ME0707en.html>>. Acesso em: 24 fev. 2022.
- _____. Persian Expedition in Afghanistan and Russian Expedition in Central Asia. Denmark. The Fighting on The Danube and in Asia. Wigan Colliers. *New-York Daily Tribune*, n. 3928, 18 nov. 1853j. Disponível em: Disponível em: <<https://marxengels.public-archive.net/en/ME0772en.html>>. Acesso em: 24 fev. 2022.
- _____. The Labor Parliament. *New-York Daily Tribune*, n. 4039, 29 mar. 1854. Disponível em: Disponível em: <<http://marxengels.public-archive.net/en/ME1874en.html>>. Acesso em: 24 fev. 2022.
- _____. Condition of Factory Laborers. *New-York Daily Tribune*, 22 abr. 1857a. Disponível em <<https://marxengels.public-archive.net/en/ME1006en.html>>. Acesso em: 15 mar. 2022.
- _____. Condition of Factory Laborers. *New-York Daily Tribune*, 28 abr. 1857b. Disponível em <<https://marxengels.public-archive.net/en/ME1007en.html>>. Acesso em: 15 mar. 2022.

- _____. The Increase of Lunacy in Great Britain. *New-York Daily Tribune*, 20 ago. 1858a. Disponível em <<https://www.marxists.org/archive/marx/works/1858/08/20.htm>>. Acesso em: 24 fev. 2022.
- _____. Imprisonment of Lady Bulwer-Lytton. *New-York Daily Tribune*, n. 5393, 4 ago. 1858b. Disponível em <<http://marxengels.public-archive.net/en/ME1074en.html>>. Acesso em: 24 fev. 2022.
- _____. *Sobre o suicídio*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- _____. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- _____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- _____. Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social” de um prussiano. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, v. 3, n. 1, p. 142–155, 2011.
- _____. *O Capital*. Crítica da Economia Política. Livro 1. O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.
- _____. População, crime e pauperismo. *Verinotio*, Belo Horizonte, n. 20, p. 119-123, 2015.
- _____. Pauperismo e livre-comércio - A crise comercial que se aproxima. *Revice - Revista de Ciências do Estado*, Belo Horizonte, v. 2, n. 1, p. 469-477, 2017.
- _____. Debates parlamentares - o clero e a luta pela jornada de dez horas - fome. *Crítica Marxista*, Campinas, n. 50, p. 255-258, 2020a.
- _____. Emigração forçada. *Crítica Marxista*, Campinas, n. 50, p. 249-254, 2020b.
- MARX, K.; ENGELS, F. *Sobre a China*. São Paulo: Edições ISKRA, 2016.
- MARX, K.; ENGELS, F. *Escritos sobre a Guerra Civil Americana*. São Paulo: Aetia, 2020.
- NETTO, J. P. Cinco Notas a Propósito da “Questão Social”. *Temporalis*, Brasília, v. 2, n. 3, p. 41-49, 2001.
- OXFAM. *A desigualdade mata*. A incomparável ação necessária para combater a desigualdade sem precedentes decorrente da COVID-19. Oxford: OXFAM, 2022.
- PEREIRA, P. A. P. Questão social, serviço social e a proeminência das desigualdades antagonizadas. *Temporalis*, Brasília, v. 21, n. 42, p. 31-43, 2021.
- PIMENTEL, E. *Uma “nova questão social”?* Raízes materiais e humano-sociais do pauperismo de ontem e de hoje. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.
- SANTOS, J. S. *“Questão Social”*: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.
- SOUZA, C. L. S.; TELES, H. Pressupostos para uma análise histórico-estrutural da questão social no Brasil. *Temporalis*, Brasília, v. 21, n. 42, p. 44-61, 2021.